



PAULO FREIRE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA E EMANCIPADORA: A PEDAGOGIA FREIREANA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Danielly Vasconcellos Bararielli de Almeida ¹

RESUMO

O presente trabalho objetivou compreender sobre Paulo Freire e sua contribuição para uma educação crítica e emancipadora explicitando a Pedagogia Freireana no cotidiano do Ensino Fundamental e como esta pode contribuir para as práticas pedagógicas de professores que atuam na referida etapa. É importante enfatizar que a Educação em todas as suas fases deve ser transformadora e humanizada, onde os professores em constante formação devem ensinar aos seus alunos mais do que o “be-a-ba”, estimulando a dúvida, a curiosidade, incentivando a reflexão e análise de valores que outrora ficavam ocultos por uma educação tradicionalista. A metodologia utilizada para esta pesquisa foi uma revisão bibliográfica qualitativa, onde todos os conteúdos trabalhados foram consultados e pesquisados em diversos recursos através de busca nas seguintes bases de dados a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Constituição de 1988, Maria Lucia de Arruda Aranha (2006), Moacir Gadotti (2007) e José Carlos Libâneo (2007). Discutir as políticas públicas educacionais que norteiam a Educação Básica, refletir sobre a contribuição de Paulo Freire para a Educação e sua proposta pedagógica e apontar como os professores podem trabalhar a pedagogia Freireana sem deixar de utilizarem o currículo proposto na Unidade Escolar são fatores fundamentais para se trabalhar na formação de cidadãos conscientes colocando em pauta que existe um algo muito maior do que simplesmente o aprender para exercer uma função. Através do estudo, o cidadão se torna um agente de transformação por onde ele passar.

Palavras-chave: Paulo Freire, Educação Crítica, Pedagogia, Ensino Fundamental, Processos Educativos.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa abordou sobre como a Educação, especialmente na escola pública, deve dignar-se a ser um lugar privilegiado por ser um refúgio de busca e conhecimento, mesmo com todas as obrigatoriedades impostas pelas políticas públicas que a norteiam, para contemplar o enfrentamento de conflitos e trabalhar a construção de um ser crítico e emancipado. E para que a construção esteja presente no cotidiano escolar, este projeto destaca a contribuição de Paulo Reglus Neves Freire, um dos maiores educadores da história da Educação Brasileira, para o ensino nas escolas de Educação Básica, Educação de Jovens e

¹ Graduado pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Anhanguera – SP, graduando pelo Curso de Letras da Universidade Estácio de Sá. dvconsultoriaeduc@gmail.com;

Adultos e Espaços não-escolares, pois, de acordo com estudos sobre ele, muros não impedem o educador de aprender a ensinar e o aluno de aprender a aprender.

Sendo assim, mostra-se relevante por contribuir para que o leitor conheça um pouco mais sobre a existência desta personalidade que batalhou e deixou um conhecimento rico e exemplar de uma Educação libertadora e humanizada, onde o educador entende que não é um mero instrumento mecanizado com uma cartilha fazendo com que o aluno apenas decore sem uma aprendizagem significativa. Ele deve entender que o seu papel dentro e fora da unidade escolar é o de não permitir que um currículo engessado atrapalhe o seu objetivo de fazer com que o aluno progrida e queira sempre saber mais, querer mais, mesmo que haja uma exclusão social e desesperança por parte da escola e muitas vezes da comunidade que o cerca.

E como a pedagogia de Paulo Freire pode contribuir para as práticas pedagógicas de professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental nos tempos atuais?

O objetivo principal desse estudo buscou apresentar que a Educação em todas as suas etapas deve ser transformadora e humanizada, onde os professores em constante formação devem ensinar aos seus alunos mais do que o “be-a-ba”, estimulando a dúvida, a curiosidade, incentivando a reflexão e análise de valores que outrora ficam ocultos por uma educação tradicional e como objetivos específicos discutir as políticas públicas educacionais que norteiam a Educação Básica, refletir sobre a contribuição de Paulo Freire para a Educação e sua proposta pedagógica e apontar como os professores podem trabalhar a pedagogia freireana sem deixar de utilizarem o currículo proposto na Unidade Escolar.

É de suma importância conhecer a História da Educação no Brasil, a evolução das políticas públicas educacionais e sua longa jornada ao longo dos tempos desde a era colonial, para entender o quão árduo foi o processo de democratização da educação. Surgiram várias leis, decretos e educadores que lutaram incansavelmente para que o dualismo educacional pudesse ser extinto da história, dentre eles Paulo Freire, que analisando a situação do povo e sua vivência, contribuiu de maneira efetiva e eficaz primeiramente para que adultos fossem alfabetizados através de suas experiências pessoais e, conseqüentemente, levando essa metodologia para crianças e adolescentes, através dos educadores das gerações seguintes.

Os desafios que os professores pós Freire enfrentam sob forte resistência e pressões de cunho político são fatídicos, porém, desistir de tornar uma criança, um jovem ou adolescente em um ser crítico e emancipado não é uma opção, mas uma meta para que as gerações vindouras não sejam ingenuamente levadas à alienação transformando o povo de um país em meros bonecos de ventríloquo.



A metodologia utilizada para esta pesquisa foi uma revisão bibliográfica qualitativa, onde todos os conteúdos trabalhados foram consultados e pesquisados em diversos recursos

através de busca nas seguintes bases de dados a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Constituição de 1988, Maria Lucia de Arruda Aranha (2006), Moacir Gadotti (2007) e José Carlos Libâneo (2007).

REFERENCIAL TEÓRICO

Desde a era colonial, a educação no Brasil caminha a passos lentos e seu processo de descentralização e democracia através das políticas públicas educacionais foi um embate que durou por décadas refletindo ainda na atualidade. Para se entender esse processo, David (2015), explica

(...) embate centralização versus descentralização nas políticas educacionais brasileiras, como reflexo da própria organização da sociedade brasileira desde os tempos coloniais. Essa dimensão indica o direcionamento teórico-metodológico da análise que, na perspectiva da organização do ensino no Brasil, pode ser entendido, por um lado, com fundamento nos pressupostos das relações de poder, de uma estrutura hierárquica, verticalizada, que ocupa e define, do macro ao micro, todos os espaços sociais e legitima as relações de competências entre os que mandam e os que devem obedecer, entre os superiores e os inferiores, entre os que sabem e os que não sabem. Por outro lado, em consequência, a alimentação persistente do sistema dual de ensino – ao determinar o quê e a quem cabe o quê, pensar ou trabalhar, significando escola da elite e escola do povo – faz prevalecer os ditames do caráter elitista e conservador que amofina e obstrui o fazer democrático de uma educação para todos. (DAVID, CÉLIA MARIA. 2015, p.104)

A elitização presente na história do Brasil no século XVI era um fator que determinava quem podia ter direito ao ensino, fazendo com que esse processo ficasse cada vez mais distante da realidade do cidadão. Isso dependia fundamentalmente da sociedade que estava à frente dessa organização. Nesta época, Portugal ainda arcaico, explorava a cana-de-açúcar, pau-brasil e outras riquezas. Por conta dessa exploração, surgiram os senhores do engenho e conseqüentemente, escravos, sendo estes índios e negros que vinham importados da África, também sem opção de escolha. Quando os jesuítas chegaram ao Brasil, começaram um trabalho de dominação, catequizando, ensinando a fé católica, descaracterizando totalmente seus costumes e crenças.

Claro que os jesuítas também tiveram o desafio de controlar os colonizadores que chegavam no Brasil sem suas famílias e de maneira grosseira possuíam as mulheres e crianças que ali estavam. Foi então que Manoel da Nóbrega junto à Aspicuelta Navarro e José de



Anchieta fundaram o Colégio São Vicente que teve sua primeira sede em São Vicente e depois transferida para onde conhecemos hoje como a cidade de São Paulo, lembrando que o colégio inicialmente funcionava mais como uma casa de meninos.

Com os vários desafios de catequizar as tribos e ganhar mais pessoas convertidas e dominadas ao que estava sendo proposto, foram criadas as missões para que esse trabalho fosse mais intensificado e espalhado por mais cidades e tribos. Houve um progresso significativo se não fosse os colonos capturarem tribos inteiras para transforma-los em escravos tornando essa ação mais corriqueira após a expulsão dos jesuítas, pois os índios já não tinham mais que os protegesse.

Pode-se considerar que o dualismo educacional teve início na época das primeiras escolas criadas pelos jesuítas, já que havia uma separação de catequizados e supostamente pagãos ou filhos de índios e filhos de colonizadores, ressaltando que para os índios cabia apenas deixa-los mansos para fazerem os trabalhos que lhes eram impostos e para os filhos dos colonizadores a educação convencional de leitura e escrita.

2.1 TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS PÓS- JESUÍTAS

Por mais inacreditável que possa parecer, o retrocesso educacional teve início após a expulsão dos jesuítas que ainda tinham alguma influência educacional sobre os índios e filhos dos senhores de engenho. Foi aí que em 1772, foi implantado o ensino regular público oficial, sob organização da Coroa.

Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira. (CARVALHO, JOSÉ MURILO DE. 2002,P.17)

Enquanto nos países europeus, os investimentos na área da educação e influências iluministas da época eram altos e progressivos, nas fazendas dos que tinham mais condições financeiras, pagavam professores particulares e a escola pública oficial não passava de um nome, pois não havia salas oficiais ou prédios como se vê atualmente. Muitas crianças eram reunidas em igrejas ou locais cedidos para que pudessem aprender, lembrando que essas condições eram somente para meninos, já que mulheres não tinham direito a estudar. Este período era conhecido como a reforma pombalina.



Com a chegada da família real em meados do século XIX, houveram algumas mudanças relacionadas à educação que estava sendo ofertada, devido à necessidade da criação de escolas (prédios físicos) regidas sob a forte influência iluminista que veio da Europa junto com o Rei D. João VI. Dentre essas mudanças pode-se destacar a criação da Biblioteca Nacional (1810), Jardim Botânico do Rio, que incentivou os estudos relacionados à botânica, o Museu Nacional (1818), e a criação de escolas de nível superior a princípio para formar oficiais do exército. Mas as dificuldades para se estabelecer de fato um ensino primário e secundário ainda estavam descaradas e longe de serem resolvidas.

2.2 A CHEGADA DA REPÚBLICA E A ESPERANÇA EM DIAS MELHORES

Ainda no século XIX, enquanto nos países europeus surgiram pensadores positivistas - que acreditam no conhecimento totalmente científico, por ser o único capaz de descobrir as leis do universo -, como Augusto Comte e Émile Durkheim, que ainda acreditava que “toda educação consiste num esforço contínuo para impor à criança maneiras de ver, de sentir e de agir às quais a criança não teria espontaneamente chegado”, no Brasil essas influências chegavam junto com a escola militar que associava as ideias à disciplina, moral e bons costumes (a frase na bandeira do Brasil expressa a influência dessa inspiração). E o ensino regular ainda caminhava a passos lentos.

Entre a linha tênue que compreende o final do período monárquico, Independência do Brasil e chegada da República, através das várias atualizações da Constituição Federal, a ideia de uma educação para todos foi se modificando, porém não menos árdua e conquistada a passos curtos. É imprescindível ressaltar que, em 1827 a mulher teve um espaço através da lei que determinava aulas regulares para as mesmas, já que até então elas apenas tinham obrigação de aprender os afazeres de casa e estarem aptas para casar. Mais tarde em meados de 1875, as mulheres conquistaram o ensino do magistério podendo atuar como professoras.

Mesmo com um projeto político mais preocupado com a educação escolarizada, respaldada pela Constituição de 1891, o fato de essa função ficar a cargo dos estados e haver um descarado conflito de interesses, deu uma abertura maior para o dualismo educacional, conforme relata Aranha (2012):

O projeto político republicano visava a implantar a educação escolarizada, oferecendo o ensino para todos. É bem verdade que se tratava ainda de uma escola dualista, em que para a elite era reservada a continuidade dos estudos, sobretudo científicos — já que os republicanos recusavam a educação tradicional humanista — , enquanto o ensino para o povo ficava restrito ao elementar e profissional. A



Constituição republicana de 1891, ao reafirmar a descentralização do ensino, atribuiu à União a incumbência da educação superior e secundária, reservando aos estados o ensino fundamental e profissional. Desse modo reforçou o viés elitista, já que a educação elementar recebia menor atenção. (ARANHA, MARIA LÚCIA ARRUDA DE. 2012, p.523)

A começar que no início da República ainda havia muitos senhores rurais que não pretendiam perder os seus escravos para a liberdade e muito menos para os estudos. Um projeto que ganhou força nessa época foi a escola seriada com melhores condições de estudos e locais próprios para funcionamento, mas com algumas condições que destacavam o dualismo como por exemplo, cabia às elites apenas dar continuidade aos estudos preparando-se para uma faculdade e aos menos favorecidos o ensino básico apenas para se conseguir um emprego.

Graças a essas condições, a taxa de analfabetismo estava em 80% aumentando a pressão para que fosse ofertada uma melhor qualidade no ensino mesmo para aqueles que precisavam do estudo apenas para executar suas funções nas fábricas e indústrias. Saviani (2007) destaca o quão árduo foi o processo de democratização da Educação:

Refiro-me à histórica resistência que as elites dirigentes opõem à manutenção da educação pública; e à descontinuidade, também histórica, das medidas educacionais acionadas pelo Estado. A primeira limitação materializa-se na tradicional escassez dos recursos financeiros destinados à educação; a segunda corporificasse na seqüência interminável de reformas, cada qual recomeçando da estaca zero e prometendo a solução definitiva dos problemas que se vão perpetuando indefinidamente (...) À descentralização representada pelo protagonismo das reformas de ensino estaduais que marcaram a década de 1920, seguiu-se um processo de centralização com as reformas de âmbito nacional encabeçadas por Francisco Campos, em 1931, com o ciclo das reformas Capanema entre 1942 e 1946, com a LDB de 1961 e com a legislação do regime militar nos anos de 1968 e 1971. (SAVIANI, DEMERVAL. 2007, p.7)

Alguns fatores de suma importância para entender o progresso a passos curtos da educação brasileira devem ser destacados como a Associação Brasileira da Educação (ABE) em 1924, o manifesto dos pioneiros da Educação Nova onde 26 educadores entre eles Anísio Teixeira (mais tarde fundador da escola primária) e Fernando Azevedo, que participou de vários movimentos a favor da escola pública, assinaram um documento exigindo a obrigatoriedade do ensino público, gratuito e mais importante, para todos, em 1932.

Uma grande conquista da Educação aconteceu em 1930 com o governo de Getúlio Vargas que criou o Ministério da Educação (e Saúde na época), abrindo caminhos para um planejamento mais assertivo e leis que direcionassem o processo das políticas públicas educacionais a nível nacional. Foram surgindo as Universidades, como a Universidade do Rio de Janeiro em 1920, Minas Gerais em 1927 e a Universidade de São Paulo (USP) em 1934.

Mais tarde, em 1937, se formaram na faculdade os primeiros professores licenciados para o ensino fundamental (naquela época considerado como ensino secundário).

Com o crescimento das escolas de ensino primário e secundário e formação de professores, estava na hora de ampliar as Leis que amparavam o ensino no país. Em 1960, foi discutido sobre a educação popular e a Lei de Diretrizes e Bases que, conforme Aranha (2012) “levou treze anos para entrar em vigor”. Porém, como essa LDB já estava ultrapassada e não atendia o que a educação precisava, surgiram movimentos de educação e cultura popular sob apoio do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). Esses grupos batalhavam não só pela alfabetização, mas também pela qualidade na cultura e lazer do cidadão.

Com o golpe militar de 1964, esses movimentos foram extintos e a educação limitada a apenas seguir o que lhe era imposto. Os grêmios estudantis que existiam na época foram substituídos por centros cívicos onde havia uma pessoa infiltrada pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) para tomar conta. A repressão, a educação velada e a antidemocracia foram marcas registradas dessa época considerada como anos de chumbo. Dentro desse período que assolou nosso país, no entanto, aconteceu a reforma do Ensino Fundamental dividindo em 1º e 2º graus, através da lei nº 5692/71 que declara:

“O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

Com o início da década de 1980, a democracia foi retomando as rédeas do país e da Educação revendo em 1987/88 a Constituição, onde foram destacados alguns pontos importantes como a gratuidade do ensino público, ensino fundamental obrigatório e gratuito, extensão do ensino obrigatório e gratuito como direito público e subjetivo, valorização dos profissionais de ensino, com plano de carreira para o magistério, autonomia universitária, entre outros pontos. Na sequência, em 1996 e com respaldo na Constituição, foi reformulada a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 aumentando as expectativas no processo de redemocratização do país conforme descreve Libâneo (2007):

Com o processo de redemocratização que culmina com a promulgação da nova Constituição em 1988, e já num contexto de normalidade democrática, buscou-se recuperar a especificidade do estudo das questões de estrutura e organização das escolas, ainda que mantendo a perspectiva crítica. Assim, a perspectiva legalista, formal e descontextualizada foi sendo modificada no sentido de privilegiar a discussão de alternativas para a reconstrução da escola e do sistema educacional brasileiro, tendo como método a reflexão dialética entre decisões centrais e decisões locais, entre o macro das abordagens mais gerais de cunho sociológico, político, econômico e o micro dos processos internos da escola. (LIBÁNEO, JOSÉ CARLOS. 2007 P.7)

E com todo esse processo educacional que ainda é um desafio constante e está longe de acabar, voltaremos na história, mais precisamente em 1962, em Angicos, quando Paulo Reglus Neves Freire, um educador que embora fosse um homem simples, fez uma revolução na história da Educação, pois através de seu pensamento e filosofia, ajudou trezentos trabalhadores do campo a se alfabetizarem em quarenta e cinco dias. Seu conhecimento e maneira de ensinar alcançou o mundo propagando que o aluno deveria se tornar um ser crítico e emancipado e a escola como um lugar democrático autenticamente. E aqui se chega ao ponto chave da reflexão deste documento.

3. DO RECIFE PARA O MUNDO: QUEM FOI PAULO FREIRE

Paulo Reglus Neves Freire nasceu no Recife, Pernambuco, em 19 de setembro de 1921, filho de Joaquim Temístocles Freire e Edeltrudes Neves Freire. Teve seus primeiros contatos com a leitura e escrita através da sua mãe, escrevendo palavras com gravetos das mangueiras, no quintal de sua casa. Aos 10 anos de idade foi morar em Jaboatão, cidade próxima a Recife onde passou parte da sua juventude e passou vários momentos decisivos de sua vida como a perda de seu pai, a luta de sua mãe para sustentar a si e aos seus filhos, e vivenciou que o amor prevaleceu apesar das adversidades. Em 1937, com 17 anos, após muitas tentativas de sua mãe coloca-lo numa escola, foi acolhido por Aluízio Pessoa de Araújo, proprietário do Colégio Oswaldo Cruz, começando o segundo ano do curso secundário. Mais tarde, pelos desfechos da vida, Ana Maria Araújo, filha de Aluízio, se tornaria a sua segunda esposa.

Antes de ter concluído a faculdade, casou-se, em 1944, com Elza Maria Costa Oliveira, professora primária, e teve cinco filhos. Nesta mesma época, se tornou professor de língua portuguesa do Colégio Oswaldo Cruz e mais tarde, ocupou o cargo de diretor no SESI (Serviço Social da Indústria) de 1947 a 1954 e superintendente de 1954 a 1957.

(...) tornou-se professor de língua portuguesa do Colégio Oswaldo Cruz, educandário que o tinha acolhido na adolescência (...) após a experiência de docência no mesmo estabelecimento de ensino em que havia estudado, foi ser diretor do setor de Educação e Cultura do SESI, órgão recém-criado pela Confederação Nacional da Indústria através de um acordo com o governo Vargas. Aí teve contato com a educação de adulto-trabalhadores e sentiu o quanto eles e a nação precisavam enfrentar a questão da educação e, mais particularmente, da alfabetização. (FREIRE, ANA MARIA ARAÚJO DE. 1996 p.32).

Em 1959, obteve o título de Doutor em Filosofia e História da Educação, defendendo a tese “Educação e atualidade brasileira”, mais tarde se tornando uma de suas obras literárias, lhe assegurando não só a nomeação de professor efetivo como o certificado de Livre-Docência. Paulo Freire foi também um dos “Conselheiros Pioneiros” do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco escolhidos pelo governador Miguel Arraes, sendo responsáveis pela elaboração do Primeiro Regimento do Conselho.

Em março de 1964, próximo ao Golpe anunciado, esse Conselho foi desfeito, pois na verdade, a maior parte dos conselheiros exonerou o cargo e nessa época, Paulo Freire não pôde fazer o mesmo já que estava em Brasília trabalhando no Programa Nacional de Alfabetização, sendo assim destituído por Paulo Guerra, vice-governador, já que Miguel Arraes foi preso pelos militares. A sua afirmação enquanto educador progressista se deu ao criar o relatório sobre a educação de adultos e as populações marginais, apresentado no II Congresso Nacional de Educação de Adultos em julho de 1958.

Foi nesta feita que Paulo Freire declarou que a educação de adultos teria que se basear nas vivências e na consciência da realidade vivida por cada um para não se resumir o ensino num simples conhecer de letras e palavras. O ponto chave desse relatório foi afirmar que esse trabalho só faria sentido se não fosse sobre o homem, mas para o homem (de uma maneira geral incluindo as mulheres também).

Sua ativa presença na vida educacional, cultural e política da cidade e, depois, do estado e do país, levou-o a ocupar diversas outras posições (...) esses primeiros tempos de atuação do educador foram marcados por seus trabalhos na educação de adultos analfabetos(...) num primeiro momento, divulgou-se que o governo do estado realizava uma campanha de educação com um novo método, que alfabetizava jovens e adultos em quarenta horas. Depois, percebeu-se que o método era muito mais do que isso. Assistia-se aos ensaios iniciais de uma prática educativa que levaria seu autor a atuar e a fazer-se conhecido em muitas partes do mundo. (BEISIEGEL, CELSO DE RUI. 2010 p.14,15)

Além dos cargos a que era responsável Paulo Freire também fazia parte de movimentos de educação popular como o MCP (Movimento de Cultura Popular), com o intuito de valorizar a cultura do povo do Recife. Também influenciou campanhas como “De



Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, do Rio Grande do Norte, deixando um legado de educador do povo. E foi desta forma que recebeu o convite de expandir a campanha nacional de alfabetização pelo então ministro da Educação Paulo de Tarso Santos.

Claro que havia uma intenção política por trás desse convite, já que com a campanha, 5 milhões de adultos seriam alfabetizados e poderiam votar em quem estava apoiando esse projeto, Sr. Jânio da Silva Quadros e João Belchior Goulart. O lado bom é que esses novos eleitores não eram apenas alfabetizados, mas incitados a questionar, aguçar o senso crítico e ter plena consciência de perceber quem estava de fato a favor do povo. Como já se sabe o governo militar de 1964, extinguiu o programa e Paulo Freire tratado como um réu já que foi obrigado a responder inquérito policial-militar.

“Foi exatamente ficando longe dele, preocupado com ele, que me perguntei sobre ele. E, ao me perguntar sobre ele, me perguntei sobre o que fizeram com outros brasileiros, milhares de brasileiros da geração jovem e da minha geração. Foi tomando distância do que fiz, ao assumir o contexto provisório, que pude melhor compreender o que fiz e pude melhor me preparar para continuar fazendo algo fora do meu contexto e também me preparar para uma eventual volta ao Brasil.” (Trecho de uma conversa com Frei Betto, extraída do livro *Essa escola chamada vida* (pp. 56-8) – in Paulo Freire: uma biobibliografia).

Em setembro daquele ano, Paulo Freire asilou-se na Bolívia, onde permaneceu por pouco tempo devido à altitude que estava afetando sua saúde. Na mesma época, o país sofreu um golpe de estado, levando-o a recomeçar sua história no Chile, permanecendo lá até abril de 1969. Mas não pensem que ele se afastou daquilo que tanto amava, já que trabalhou como assessor do Instituto de Desarrollo Agropecuario e do Ministério da Educação do Chile e como consultor da UNESCO junto ao Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agraria do Chile. Nessa mesma época, escreveu o livro “A Pedagogia do Oprimido” trazendo a consciência àqueles que não se conformavam com as farsas do poder público brasileiro, lutando assim para que fosse criada uma educação planejada e construída pelos oprimidos que venceram a concepção opressor-oprimido.

Também recebeu convites para trabalhar e lecionar nos Estados Unidos, onde morou de 1969 a fevereiro de 1970. Em seguida, mudou-se para Genebra para ser Consultor Especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas. Através deste Conselho, Paulo Freire passou pela África, Ásia, Oceania e pela América, com exceção do Brasil, assessorando os países a sistematizarem seus planos de educação. Foi nessa época que Cabo Verde, Angola e Guiné-Bissau conheceram o seu trabalho em meio a uma luta travada com o colonialismo e seus opressores.



Depois de conquistar o mundo, ele volta ao Brasil em 1979, sob anistia política, aceitando ser professor da PUC (Pontifícia Universidade Católica) em São Paulo, retomando sua vida no país aos poucos, já que a Lei de Anistia exigia que o ex-exilado requeresse ao governo o estudo de seu caso não o permitindo continuar em seus antigos cargos antes de sair do Brasil.

Em setembro de 1980, após pressões dos estudantes e de alguns professores, tornou-se professor da Universidade de Campinas – UNICAMP, onde lecionou até o final do ano letivo de 1990. Com a morte de sua primeira esposa, em outubro de 1986, casa-se novamente, em 27 de março de 1988, no Recife, com Ana Maria de Araújo, então colega de turma no ensino secundário. Em 1º de janeiro de 1989 se tornou Secretário de Educação do Município de São Paulo, com Luiza Erundina como prefeita.

A democratização da gestão, a política de educação de jovens e adultos, a democratização de acesso a uma nova qualidade do ensino, como princípios maiores e objetivos da gestão de Paulo Freire, foram incorporados e divulgados com veemência na sua plataforma política da SMEd/SP para a conscientização dos direitos e dos deveres dessa população paulistana, grandemente abandonada, assim, não apenas priorizando o ensino dos conteúdos programáticos. Enfim, intencionalmente, Paulo abriu a possibilidade de garantir os direitos humanos fundamentais na Rede Municipal de Educação, como caminho para a luta da transformação social, econômica, política e ética de todos e todas que viviam na cidade de São Paulo, com vistas ao país inteiro. (FREIRE, ANA MARIA ARAÚJO DE. 2019 p.14).

Em sua gestão, provou que os trabalhos em colegiados e o entendimento mútuo colocaram em prática o ato de educar com mais eficiência, mudando assim o jeito de ver a escola, reformando as unidades, reformulando o currículo escolar adequando inclusive para as crianças menos favorecidas. E não se preocupou somente com a parte pedagógica, mas também com a formação de profissionais mostrando que funcionários, professores, equipe diretiva e comunidade escolar faziam do ato de estudar de fato, um ato de conhecimento e cooperação. Em 1991, Paulo Freire foi convidado da USP (Universidade de São Paulo) para dar palestras, e participar de projetos pertinentes à Universidade.

Paulo Freire recebeu o título de Honoris Causa por 27 universidades e, além disso, vários prêmios como Educação para a Paz, da UNESCO e Educador dos Continentes da Organização dos Estados Americanos. Em maio de 1997, Paulo Freire falece vítima de infarto do miocárdio, deixando esposa, cinco filhos e um legado deveras honroso e digno não só de ser lembrado ou estudado, afinal, se trata de uma luta a favor de um povo, de seu próprio povo. Em 2012, passou a ser reconhecido como patrono da educação brasileira através da lei 12.612/12.



Paulo Freire conhecia a realidade do povo nordestino, dos mais pobres que, analisando a história, sofriam com a falta de estudos e o descaso dos governos que só buscavam aquilo que lhes apetecia, não se conformando com tão pouco. Ele amou profundamente a Educação e criar uma proposta que pudesse transformar a vida daquelas pessoas e, conseqüentemente o mundo, só aumentou essa paixão.

Freire nos fala das virtudes como exigências ou virtudes necessárias à prática educativa transformadora. Mas também nos deu exemplo dessas virtudes, entre elas, a tolerância e a coerência. Freire não foi coerente por teimosia. Para ele, a coerência era uma virtude que tomava a forma da esperança. Praticava sobretudo a virtude do exemplo: dava testemunho do que pensava. Nessa coerência entre teoria e prática, eu destacaria o valor da solidariedade. (GADOTTI, MOACIR. 2007, p.24)

Ele defendia a Educação Social de uma maneira muito dinâmica utilizando a necessidade do aluno, fazendo com ele se conheça e conheça os reais problemas que o afligem socialmente, estimulando a curiosidade e trabalhando as suas opiniões. Pode-se dizer que Paulo Freire não se conformava com tantas injustiças e com o dualismo educacional tão gritante desde o início da história da Educação no Brasil, sendo inclusive considerado naquela época, o pedagogo da indignação. Mas ao mesmo tempo, ele apontava soluções que embora simples, eram avançadas demais para aquela época e pregava a educação como um ato político.

Claro que, toda essa ação, desde Angicos, têm sido passada de geração em geração junto à essa força que Paulo Freire deixou para que nenhum educador ou educando desista de seus objetivos. Nos tempos atuais, após a LDB 9394/96 e outros documentos em que se vê claramente que o professor está em sala de aula apenas para transmitir o que é ditado em um currículo pronto, os desafios da educação crítica e emancipadora se tornam cada vez maiores cabendo ao professor centrado em transformar os alunos em seres pensantes de fato, a utilizar todas as ferramentas possíveis para introduzir alguns ensinamentos valiosos dessa pedagogia emancipatória como será exposto no capítulo a seguir.

4. PEDAGOGIA CRÍTICA E EMANCIPADORA X EDUCAÇÃO TRADICIONAL: DESAFIOS NO COTIDIANO ESCOLAR

No período de 06 a 16 de julho de 1958, Juscelino Kubitscheck, durante o II Congresso Nacional de Educação, se mostrou deveras preocupado com a Educação do país e as misérias do povo. Mostrava-se o bom representante tentando resolver os problemas sociais



e educacionais (pelo menos assim discursava). Mas o que ele não esperava era que em meio a essa falácia, Paulo Freire com suas ideias, práticas e contato direto com o povo, já estava bem mais adiantado. Freire sempre foi um homem simples e com essas armas foi decodificando as necessidades do povo e se aprofundando nelas não se conformando com o que era imposto naquela época para esse público que não tinha nem oportunidades de estudo dignas em muitos casos.

A intenção era acabar com as tradições, com o elitismo, com esse dualismo educacional e autoritário que sempre foi vigente e muito forte no Brasil. Enquanto muitos representantes da sociedade política da época pensavam e tentavam criar soluções para a parte econômica, outros se indignavam com a pobreza, as injustiças sociais e o analfabetismo gritante que ecoava nas massas. Paulo Freire se idealizava como o pedagogo do oprimido, ante a essa experiência direta com o povo, porque conhecia as adversidades e ao mesmo tempo as questões políticas. Apresentou assim uma proposta inovadora para a época, apontando que a educação não deve ser submissa ou silenciosa, criando um divisor de águas entre uma educação tradicionalista, alienada e uma livre de desse cotidiano político.

4.1 EDUCAÇÃO BANCÁRIA

A Educação Bancária se baseia nos princípios de dominação, do tradicionalismo educacional e alienado que o educador passa para o aluno através do conhecimento dado, imposto. Nessa concepção, o conhecimento é algo que por ser imposto, passa a ser absorvido passivamente:

Na visão bancária da educação, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, PAULO. 1987. p.33)

Também conhecida como educação burguesa, sabe-se que através desta, o educador é o único que detém o conhecimento e os educandos, os que são desprovidos do mesmo; o educador se torna o dominador e os educandos apenas bonecos de repetição, predominando assim relações narradoras, onde, assim como em um banco, a educação se torna apenas um ato de depositar coisas aprendidas na mente dos educandos, sem um diálogo ou compartilhamento de saberes. A educação bancária tem essa finalidade de deixar bem definida esse abismo entre os que sabem e os que não sabem. Contrastando à educação

libertadora, esta não exige uma consciência crítica do educando e nem estimula a curiosidade de quem está aprendendo.

4.2 MÉTODO PAULO FREIRE

Para se entender melhor sobre o que é essa Pedagogia retratada no presente documento deve-se primeiro conhecer o que os livros relatam como “O método Paulo Freire”, já que em vida, o mesmo não considerava como um método, mas sim, um jeito de aprender e não somente ensinar, constituindo como princípio o respeito pelo educando e a conquista da autonomia, sendo o diálogo a base desse processo de ensino-aprendizagem.

O método de Paulo Freire baseia-se nas palavras geradoras que se iniciam pelo nível de conhecimento que cada aluno possui. São consideradas desta forma porque, através das palavras iniciais, pode-se trabalhar a formação de novas outras. Através de conversas informais o educador observa as palavras mais utilizadas pelos alunos e assim cria atividades com base nessas palavras. A etapa seguinte se trata de apresenta-las em cartazes com imagens. Então, nos círculos de cultura inicia-se uma discussão para significá-las na realidade daquela turma. Com isso os educandos passam para as etapas seguintes do aprendizado que consiste em uma dupla leitura: a da realidade social que se vive e a da palavra escrita que se traduz.

Para Paulo Freire, as cartilhas não contribuem para o processo de criação do aluno, afinal, as palavras devem ser criadas e não decoradas ou dadas de forma gratuita sem que o aluno participe desse processo de construção. O alfabetizando é o sujeito e não objeto da alfabetização. A educação, de acordo com sua visão, deve ser capaz de promover a autoconfiança e toda ação educativa deve ser um ato contínuo de se criar coisas novas e ressignificar enquanto condição de possibilidade para uma educação libertadora, dentro de uma esfera de diálogo e reflexão sobre as ações com o objetivo de ampliar a visão de mundo e a participação ativa do indivíduo em todas as esferas da vida em sociedade.

Em 1988, rever e atualizar a Constituição foi de fato um marco na história da Educação Brasileira. O que era considerado apenas um direito às classes elitistas, garantiu o direito de todos à Educação. Ao contrário das outras versões da Constituição, nesta a Educação Infantil deixa de ser assistencialista e se torna efetivamente uma etapa de ensino-aprendizagem e o Ensino Médio passa a ser ofertado como continuidade para os adolescentes de 15 a 17 anos. A Educação de maneira geral é estruturada sendo conhecida desde então como Educação Básica. Mais tarde, a atualização da LDB 9394/96, colocaram em xeque os



desafios em sala de aula que são cada vez mais emergentes e constantes. A lei introduziu mecanismos de avaliação de ensino, índices para medir os níveis de aprendizagem e como melhorá-los, fazendo com que a Lei de Diretrizes e Bases ultrapassasse as barreiras do governo alcançando o principal objetivo: o aluno.

É importante ressaltar que, mesmo com todas essas aparentes mudanças, os interesses políticos e influências que poderiam prejudicar tais projetos vinham com força para tentar se beneficiar de alguma forma:

Durante a tramitação dos projetos que resultaram na LDB de 1996, houve tentativas, principalmente na Câmara dos Deputados, de ultrapassar os limites do que seria razoável em termos de diretrizes e bases. Diversos lobbies, para proteger os interesses de seus representados contra supostos ou reais adversários (...)na tentativa de assegurar direitos, prerrogativas e privilégios de natureza corporativa. Ao fazer isso, esses lobbies ameaçaram, apesar de aspirações legítimas e de algumas boas intenções, promover uma espécie de congelamento da educação brasileira. Felizmente, essas tentativas, em grande parte, acabaram naufragando, ainda que à custa de críticas a alguns procedimentos do processo legislativo da matéria. No final, a lei, à exceção de alguns deslizes de detalhamento, limitou-se a estabelecer marcos para a educação do país. (CASTRO, MARCELO L. OTTONI DE. 2007 p.4,5)

Sobre a valorização docente, outra área precarizada, a Lei de Diretrizes e Bases assegurava a inclusão de horas de estudo na carga horária dos professores de forma remunerada. Mas, como já era de se esperar, alguns benefícios como o piso salarial profissional ficaram apenas no papel. Nos dias posteriores, a situação da Educação e dos professores ainda está longe do ideal, principalmente em termos de qualidade do aprendizado, mas não se pode descartar as mudanças bruscas que aconteceram e merecem certo destaque.

Nos tempos presentes à escrita desse documento, muitos alunos enfrentam o professor em sala não mais enxergando como a autoridade máxima em sala e sim, como a tia assistencialista que está ali apenas para fazer as suas vontades. O ensino se tornou algo secundário e deveras irrelevante em alguns casos. Professores extremamente estafados e sem esperança. A equipe diretiva de mãos atadas, pois já não podem mais oficialmente tomar as próprias decisões, pois as leis que precedem as unidades escolares tiraram uma grande parte dessa autonomia.

Vê-se o quanto o professor perdeu a autonomia e a autoridade em sala por que as leis estão favorecendo e colocando o aluno como o centro de tudo. Deixando muito claro que sim, o aluno deve ser o centro do ensino-aprendizagem e isso é inquestionável, porém, o Estatuto da Criança e do Adolescente, outro documento de grande importância na vida dos mesmos, se tornou porcosamente o respaldo para qualquer barbárie que aluno comete em sala de aula também.

“Por isso mesmo é que insistimos tanto, os brasileiros, em termos teóricos, na necessidade da descentralização educativa, sempre estrangulada pelo autoritarismo, que empresta ao centro ou aos centros, força messianicamente salvadora e, assim, protecionista e antidemocrática e continuamos hipertrofiadamente centralizados. Por isso mesmo é que falamos tanto, em termos teóricos, na necessidade de uma vinculação da nossa escola com sua realidade local, regional e nacional, de que haveria de resultar a sua organicidade e continuamos na prática, a nos distanciar...” (FREIRE, PAULO. 2003 p.13)

Decerto que a Educação não pode parar ou estagnar-se depois de tamanha luta, não só de Paulo Freire que deixou um ensinamento que está a cada dia mais vivo entre os educadores da esperança, assim chamados, pois não tem medo de enfrentar os desafios do cotidiano, trabalhando o diálogo e fazendo o aluno não só se tornar um ser curioso ou crítico, mas de tantos outros educadores que, mesmo sem incentivos ou remunerações adequadas, se deram com suor e sangue para que a Educação conquistasse de fato o que se vê.

O papel do professor nos dias atuais é não permitir que esse trabalho morra com seus precussores. O trabalho é árduo e mútuo onde, se cada professor fizer a sua parte, trabalhando para que o aluno não cresça como um alienado à Educação Tradicional e velada, coloca não só o aluno, mas a Educação como protagonista e o aluno como um ser crítico e pensante.

As possibilidades de futuro da educação popular e suas intuições originais estão presentes, como a obra de Paulo Freire, em muitas práticas educativas entre eles (...) a luta por uma educação emancipadora que suspeita do arbitrário cultural, o qual, necessariamente, esconde um momento de dominação; a defesa de uma educação para a liberdade, condição da vida democrática; a recusa do autoritarismo, da manipulação, da ideologização que surge também ao estabelecer hierarquias rígidas entre o professor que sabe (e por isso ensina) e o aluno que tem que aprender (e por isso estuda). (GADOTTI, MOACIR. 2007, p.24,25)

Os educadores vindouros, que independente de sua geração, não devem desistir da educação de seu país, nem permitir mais safras de alienados criados em fábricas chamadas sala de aula e que não sabem o porquê de ter que lutar pelos seus direitos. Embora a Educação esteja atrelada diretamente à política, não há necessidade de se aliar a partidos ou defender governantes. Basta que a velha e boa Pedagogia da sala de aula e quiçá, fora dela, num chão com giz de tijolos ou com as mais altas tecnologias, seja participante, ativa e de compartilhamento de muito conhecimento. Toda a vida se ouviu dizer que a Educação é a classe mais desunida onde cada pessoa batalha pelos seus direitos, não entendendo que a união faz toda a diferença. Já passou da hora de isso mudar. Assim como o mestre Paulo Freire diz e se mantém mais viva do que nunca, “(...) pessoas transformam o mundo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o período colonial, a Educação é tratada como moeda de troca onde o dualismo educacional é evidente e decisivo no momento de quem precisa de fato ser alfabetizado por terem condições financeiras para pagar professores particulares ou porque há necessidade de estudos para exercer uma profissão deveras importante na sociedade. Através do Estudo sobre a História da Educação no Brasil, se entende que esse dualismo vai além da Educação passando para o âmbito racial e social, onde nem as mulheres poderiam se expressar.

Muitos foram os sacrifícios e luta que educadores perpassaram para que transformações acontecessem ao longo de décadas chegando até Paulo Freire que, de fato, amou a Educação e mostrou com ações e palavras que esta é libertadora e, acima de tudo, humanizada. O educador deve entender que o seu papel dentro e, porque não, fora da unidade escolar é o de não permitir que um currículo engessado atrapalhe o seu objetivo de fazer com que o aluno progrida e queira sempre saber mais, querer mais, mesmo que haja uma exclusão social e desesperança por parte da escola.

A Pedagogia de Paulo Freire contribuiu para as práticas pedagógicas de professores que atuam não somente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mas em todas as etapas do ensino na Educação Brasileira, pois através dela o diálogo e trabalho conjunto entre professor e aluno é constante e transforma o mesmo em um ser independente.

Pessoas críticas, com opinião própria, alfabetizadas aprendendo com as vivências diárias na sociedade que as cerca, não são levadas por qualquer conversa ou aceitam quaisquer propostas sejam políticas ou sociais. Para a construção de um país libertador, a Educação deve ser primazia e com isso, o desenvolvimento gera produtividade e igualdade para toda uma nação. Em prática, o que se vive é algo muito mais incisivo e longe de se transformar nessa Educação emancipatória que vimos neste estudo, mas cabe a nós, professores, a missão de plantar a semente seja na escola ou fora dela e nos unirmos para modificar uma geração que levará essa semente e esse aprendizado para frente. Viva a Educação. Viva Paulo Freire!

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3 ed. Rev e ampl. São Paulo: Moderna, 2006.



BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2013. Coleção Primeiros Passos; 38.

BRASIL. [Constituição (1981)]. **Constituição de 1981**. [S. l.: s. n.], 1981.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. São Paulo: Saraiva, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Patrícia. **Paulo Freire: por que ele é considerado o patrono da educação brasileira?** São Paulo, 2019. Disponível em <http://54.207.109.126/revista/paulo-freire-por-que-ele-e-considerado-o-patrono-da-educacao-brasileira> Acesso em 28 de outubro de 2021.

CASTRO, Marcelo L. Ottoni de. **A educação brasileira nos 10 anos da LDB**. Brasília, junho 2007.

COUTO, Sonia. **Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma concepção popular de educação**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/handle/7891/141> Acesso em 31 de outubro de 2021.

DAVID, CM., et al., orgs. **Desafios contemporâneos da educação [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Desafios contemporâneos collection, 370 p. ISBN978-85-7983-622-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 8 de abril de 2021.

FREIRE, Ana Maria Araújo; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire: Uma Biobibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam**. 39.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. et al. **Educação e Atualidade Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz & Terra, 2019.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. – 1. ed. – São Paulo : Publisher Brasil, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e a Educação Popular**. Rio de Janeiro, Revista Proposta da Fase, 2007. Disponível em <https://sindacs.org.br/novo/uploads/2018/06>. Acesso em 15 de abril de 2021.

HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schülter Buss. WOSNY, Antonio de Miranda. BOEHS, Astrid Eggert. **Promoção da Saúde na Atenção Básica: estudo baseado no método de Paulo Freire**.



Temas Livres • Ciênc. saúde colet. 19 (08) • Ago 2014. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1413-81232014198.11342013> Acesso em 31 de outubro de 2021.

Legislação Informatizada. **Lei nº5692/71**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 11/10/2021.

LIBANEO, José Carlos et. al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. Coleção Docência em Formação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIBANEO, Jose Carlos. **Concepções e práticas de organização e gestão da escola: considerações introdutórias para um exame crítico da discussão atual no Brasil**. Espanha, n.13, 2007. Disponível em <http://professor.pucgoias.edu.br/admin/material>. Acesso em: 9 de abril de 2021.

PEREIRA, Lucila Conceição. **Método Paulo Freire**. Disponível em <https://www.infoescola.com/pedagogia/metodo-paulo-freire/> Acesso em 31 de outubro de 2021.

PERES, Paula. **Como a Constituição de 1988 mudou a Educação**. São Paulo, 2018. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/12660/como-a-constituicao-de-1988-mudou-a-educacao#> Acesso em 31 de outubro de 2021.

SAVIANI, Demerval. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas**. Campinas, n.24, jun.2007 Disponível em <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/108> Acesso em: 9 de abril de 2021

SOARES, Marcelo. BERNARDO, Nairim. **20 anos da LDB: como a lei mudou a Educação**. São Paulo, 2016. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/4693/20-anos-ldb-darcy-ribeiro-avancos-desafios-linha-do-tempo> Acesso em 31 de outubro 2021.